



Martin Buber: Uma terra e dois povos

30.11.2006 | Yaron, Kalman

Martin Buber: Uma terra e dois povos

por Kalman Yaron

O problema Israel-Palestina está ancorado no fato trágico de que a “terra prometida” foi, no fundo, prometida duas vezes: uma vez, segundo a Bíblia Hebraica, a Isaac, e outra vez, segundo a tradição islâmica, a Ismael, os dois filhos de Abraão. Um dos meus amigos árabes até redigiu um filme com o título “A terra duas vezes prometida” (*The Twicepromised Land*). A terra prometida duas vezes, que segundo a Bíblia, devora os seus habitantes, está no centro do conflito judaico-árabe de cem anos. Ambos os povos reclamam ao mesmo pequeno pedaço de terra. Ambos os povos amam esse país, ambos partem de que só eles – e não o outro – têm direito a esta terra, e não estão claros que o seu direito entre limites ali onde o direito do outro começa.

O primeiro presidente de estado de Israel, Chaim Weizmann, disse uma vez: “A tragédia do conflito judaico-árabe jaz em ambos os povos têm direito, mas nós temos mais direito.”

O dilema do um único país e dos dois povos estava no centro da atividade política de Buber. A vida e trabalhar de Martin Buber estão ligados mais estreitamente com a renovação de Israel, o que, porém, não quer dizer que ele quis ou até propulsaria a fundação do Estado de Israel hodierno. A sua luta por Israel se estende sobre mais que seis decênios. No seu engajamento político, Buber discutiu questões que apontavam naquele tempo como hoje para os problemas urgentes e não resolvidos na convivência de judeus e árabes.

Ainda antes da sua imigração à Palestina, Buber chegou a ser membro da “Brit Shalom” (Aliança de Paz), uma organização para promoção de entendimento judaico-árabe. À ela amigos íntimos de Buber pertenciam, como Hugo Bergmann, Hans Kohn, Gershom Shalom e Ernst Simon. Desde a sua imigração à Palestina no ano de 1938, trabalhou com engajamento grande para o

entendimento entre judeus e árabes. Segundo o modo de ver moral-político de Buber, a questão árabe fazia parte essencial da questão intra-judaica. Partiu de que o comportamento dos judeus referente aos árabes representava parte constitutiva integral do Judaísmo, bem como o anti-semitismo patológico põe em questão a credibilidade dos princípios cristãos. Com a fundação do Estado de Israel, a questão árabe se mostrou de fato como pedra-de-toque para os valores do Judaísmo.

O sionismo crente e a política real: O sionismo crente de Buber está em contraste agudo à assim chamada “política real” (ou ‘política de poder’, como Buber o chamava), a qual ignorava a presença árabe na Palestina. Numa discussão sobre o sionismo e a Bíblia, Buber disse que o Livro dos Livros iria existir eternamente, também sem o sionismo; seria, porém duvidoso se o sionismo, que se apóia Bíblia pudesse sobreviver sem a Bíblia. A Bíblia Hebraica põe, segundo Buber, a maior exigência a Israel: “O que ela tem a nós dizer é que há verdade e mentira, e que o sentido e a consistência de ser humano jazem em se decidir para a verdade e contra a mentira; que há reto e injusto, e que a salvação da pessoa humana depende de que ela escolha o reto e rejete o injusto.” Buber referia o humanismo hebraico especialmente aos árabes palestinos.

O movimento de renascença judaico, o sionismo, deveria, segundo Buber, estar ancorado no humanismo hebraico, este que designava como o “caminho da santidade”, ao contrário do “egoísmo santo” do mundo como um todo. A posição de Buber ao sionismo e à questão árabe encontrou a sua expressão em 1921, no XIIº Congresso sionista em Karlsbad, onde a questão da atitude sionista perante os árabes foi discutida. Buber se dirigiu nesse foro ao mundo árabe com a seguinte: “Nesta encruzilhada histórica, porque voltamos na terra dos nossos pais, o povo judaico proclama o seu desejo de viver com os árabes em paz e fraternidade, e de poder desenvolver livremente a pátria comum para uma comunidade de povos, na qual ambos os povos se possam desdobrar livremente.”

Buber podia distinguir entre “política a longo prazo” e “política pouco inteligente”. O seu prognóstico político aos relacionamentos futuros entre os dois povos se reflete numa carta que escreveu em 1929 (mais que 60 anos antes da *intifada*), depois da chamada arábica aos judeus na Palestina, ao seu amigo Hans Kohn: “Depois da insurreição, o movimento nacional árabe se conseguiu organizar pelo primeira vez abrangemente comovendo o povo inteiro. O nosso dever teria sido terminar a situação aberta de guerra, tão rápido como possível, por propostas de paz, mas não fazer todos os sofismas possíveis. Qualquer impedimento no caminho a um convênio de paz aumentará o abismo entre os dois povos ainda mais.

O apoio unilateral dos assuntos árabes e os seus pronunciamentos cortantes referentes ao *YiShUB*, a minoria judaica na Palestina, fizeram Buber impopular no próprio povo. Costumava-se dizer que, no começo, os conhecimentos de Buber da língua hebraicas não eram suficientes para se fazer entendido; mais tarde, porém, teriam sido suficientemente boas para se fazer entendido. Buber foi considerado em Israel um embaixador não-eleito. Mais para lá, não podia convencer nem os judeus nem os árabes de que tivesse uma proposta política realista.

O amigo íntimo de Buber, Gershom Sholem, disse ironicamente: Buber, o velho judeu polonês,

que era testemunha do Holocausto, se identificava antes com os vencidos, logo com os árabes, do que com o vencedor. Temia que, pela nossa vitória, perdêssemos a nossa imagem de Deus que os nossos inimigos nos ensinaram guardar dentro de nós e respeitar dentro dos outros. Por causa da sua atitude crítica referente ao Judaísmo ortodoxo, foi também designado de “anarquista religioso”. A aspiração de Buber para uma confederação do Médio Oriente, a qual abrangesse ambos os povos da Palestina, se provou, com o tempo, concepção utópica. Sob ponte de vista político, Buber era condenado à isolação por ambos os lados. A sua atitude crítica ao sionismo e ao Judaísmo tradicional é, como parece, que a fama de Buber está maior no estrangeiro do que em Israel, sendo a sua influência no mundo cristão muito mais forte do que em círculos judaicos. Teólogos cristãos designam Buber como intérprete principal do Judaísmo para o mundo não-judaico. O Judaísmo ortodoxo o culpa de ele ter minado a consciência judaica, acelerando assim a assimilação. Simultaneamente, está sendo, entre judeus liberais, estimado como o porta-voz eminentíssimo do Judaísmo no nosso século.

É todavia a ser enfatizado que a oposição de Buber referente ao sionismo oficial foi designado, dentro do sionismo, como “solidariedade crítica”. Em contraste à “política real” de Theodor Herzl e de acordo com Ahad Haam und Chaim Weizmann, Buber enfatizava o nível cultural do sionismo com a afirmação de que, sem renovação espiritual, não existiria chance para ressurreição nacional.

Apesar da “isolamento eminentíssimo”, Buber encontrou correligionários nos círculos socialistas, os quais pertenciam ao “*YiHUD*”, da “União para aproximação judaica-árabe”; fundada, Buber chegou a ser o presidente dessa União, tendo participação nas sessões e revistas dela. Fim político da União era elaborar uma forma de governo na base de direitos políticos iguais para ambos os povos na Palestina e, com isso, alcançar a fundação duma confederação. Mas havia também membros na União que preferiam uma solução binacional para a Palestina.

Com a fundação do Estado de Israel, o *YiHUD* editou uma revista mensal com o nome de “*NêR*” (vela). Num artigo principal de edição primeira da “*NêR*”, Buber vê o Estado de Israel em conexão com o cumprimento da saudade milenar do povo judaico por independência. A ambição por justiça na relação a outras nações, assim Buber, seria, porém, a maior exigência ao Estado de Israel.

A atitude referente quest o árabe

Buber não era o único que se ocupava com a questão árabe. Toda uma fila de amigos e adversários de Buber ocupava-se do dilema moral-político, o qual foi provocado pela presença árabe na Palestina. Na véspera do XIVº Congresso sionista em agosto de 1925, o colega de Buber, Robert Weltsch, escreveu um artigo muito discutido na “*Jüdische Rundschau*”, no qual diz: “Há um povo sem terra – mas não há terra sem povo. A Palestina será sempre habitada por dois povos – de judeus e árabes. A realização do sionismo é impensável, quando não for conseguido enquadrar a obre sionista no quadro do mundo oriental acordando.”

David Ben-Gurion, o fundador de Israel, que foi culpado de estar cego frente à questão árabe,

disse no congresso sionista mundial, que se realizou em 1930 em Berlim, que grande número de árabes viveu na Palestina durante séculos, que os seus pais e ancestrais nasceram e morreram ali, e que a Palestina é um país, em que queriam também viver também no futuro, que deveríamos dar a esse fato entendimento amigável, tirando disso todas as consequências necessárias.

Zeev Jabotinsky, fundador do partido revisionista e mentor de Menachem Beguin, declarou no ano de 1921, que nós, se fossemos árabes, certamente não concordaríamos com as ambições sionistas. Observou que os árabes, não menos como nós, seriam bons sionistas, e que creria que se pudesse lançar uma ponte sobre o abismo que existe entre os dois povos. A diferença entre Buber e os seus adversários políticos consiste, não na sensibilidade moral como tal, mas sim nas consequências políticas que essa exige. Enquanto os fins sionistas essenciais não eram dependentes do consentimento árabe, Buber fazia a realização da obra sionista dependente do consentimento dos árabes. Foi até a restringir a imigração de colonos judaicos à Palestina para acalmar os árabes.

Já em 1918, Yitzhak Wilkanski, um dos diretores do “*YiHUD*”, que, para alcançar os fins sionistas urgentes, iria causar injustiça aos árabes, em contradição aos pregadores de moral. Não é segredo, disse ironicamente, que os árabes não concordam com os empreendimentos sionistas, e que lhes dói quando um corpo estranho entrar neles. “Porque”, Wilkanski pergunta, “os nossos moralistas não enfatizam esse ponto? Ou somos vegetarianos completos, ou comemos carne. Semi-vegetarianos, ou de terceira ou quarta parte, não há.”

A linha de demarcação

A verdade, para Buber, não era utópica ou ingênua. Estava consciente de que não vivemos no paraíso, onde o lobo habita junto à ovelha, que não é possível, no nosso mundo irredento, realizar justiça plena na vida, e que estamos, por vezes, forçados a fazer injustiça. Mas advertiu, porém, a fazer mais injustiça do que a nossa existência exige e a interpretar o “impulso de poder” interpretar como “impulso de vida”. Enfatiza, caso as circunstâncias nos forçassem a transgredir os mandamentos divinos, o deveríamos fazer, não com alegria, mas sim com tormentos de consciência. A luta desesperada de Israel para sobreviver no Médio Oriente faz a linha de demarcação de Buber especialmente compulsória.

Em consideração das contradições dos dois movimentos, Buber disse que seria a nossa obrigação entender as exigências árabes, também quando estivessem opostas aos nossos fins próprios. Deveríamos-nos esforçar a sintonizar ambas as reivindicações. Aí, onde existirem fé e amor, se encontrará finalmente uma solução que se baseia em compromissos.

A realização do programa sionista, segundo as imaginações de Buber, estaria inevitavelmente ligada a certa medida de injustiça perante os árabes domiciliados ali. Mas tinha a visão de reduzir esse mal tanto quanto possível pelo conviver judaico-árabe. Buber sofria no dilema entre a necessidade de salvar os sobreviventes do Holocausto e da obrigação moral de reduzir a desgraça dos árabes. Por isso, exigia do governo sionista fixar limites que não possam ser

transgredidos.

O estado judaico não se deveria desenvolver a custo dos palestinos, nem pelo deslocamento deles. Buber nos chamou à memória de que não voltaríamos à terra dos nossos pais para expropriar ou dominar um outro povo. Apesar de todas as dificuldades, Buber exigia de ambos os lados abrir um caminho comum. À aplicação de violência pelo lado árabe, Buber externou que mesmo, quando ‘homo homini lupus est’, não nos deveríamos associar à alcatéia de lobos.

Apesar da condenação constante de aplicação de violência pelos judeus (que, na maioria dos casos, foi desatada como reação contra o terror árabe), ele não era um pacifista radical. Cria que houvesse circunstâncias, nas quais estamos forçados a aplicar força. Ironicamente, a sua primeira tarefa na Palestina consistia em reagir a um pronunciamento anti-sionista de Mahatma Gandhi, do líder indiano da resistência sem violência. Na sua revista semanal “Harijan”, Gandhi aconselhou aos judeus que não se mudassem à Palestina, mas ficassem na Alemanha sob o domínio nazista e realizar o ato do “satyagraha” (perseverar na verdade), isso é realizar resistência não-violenta até à morte.

Em “uma carta a Gandhi”, um dos grandes documentos sionistas, Buber escreve entre outras coisas: “Não quisemos a violência. Não temos, como o filho do nosso povo – Jesus – e como Você, proclamado a doutrina da não-violência, porque achamos que uma pessoa humana, por vezes, para salvar a si ou até as suas crianças, precisa praticar violência. Anunciamos desde tempos primitivos a doutrina da justiça e da paz, ensinamos e aprendemos que a paz é o fim do mundo e justiça o caminho para alcançá-lo. Não podemos, portanto, desejar a aplicação de violência. Quem se puser nas fileiras de Israel, não poderá desejar violência. Mas estou forçado a resistir ao mal no mundo assim como ao mal em mim mesmo. Não gosto da violência. Só posso aspirar a não aplicar violência nenhuma. Mas se não houver outro caminho de impedir que o mal destrua o bom, então aplicarei força, pondo-me nas mãos de Deus.”

Com a fundação do estado judaico no ano de 1948, Buber traçou uma fronteira clara entre a existência do Estado de Israel e do esboço metafísico “Sião”. Buber define o estado judaico agora como meio – uma faixa estreita de terra, que podia dar ao povo espalhado segurança e a possibilidade duma vida normal. Buber associava o conceito “Sião” com a percepção judaica do divino, como a foi experimentada pelos profetas. “Sião será salvo por direito, e os que voltam a ele, por justiça.” Esperava que a fundação do Estado de Israel seria o primeiro passo no caminho a

A volta a Sião é, segundo Buber, não só necessidade existencial, mas também a mensagem bíblica do povo judaico, a saber: ser uma luz dos povos, para que a salvação de Deus chegue até ao fim da terra (Isaias 49,6). Buber cria que a volta a Sião fosse transformar fundamentalmente tanto a terra como também o povo, produzindo a renovação de ambos. A volta para casa do povo judaico será justificada somente se “estiver no serviço do espírito”. Buber cria que a existência do povo judaico não teria sentido se não intermediasse à humanidade mensagem importante.

Só se o povo judaico em Israel guardar o espírito de Justiça dos seus líderes, Buber escreveu, poderá esperar produzir algo maior que somente mais um estado do mundo. A obrigação de Israel é “melhorar o mundo no Reino de Deus”, conforme a tarefa de Abraão: “Em ti todas as nações na terra sejam abençoadas.”

Diálogo e paz

Num tempo em que inimizade aos estrangeiros, presunção nacional e recusa de diálogo crescem, o humanismo bíblico de Buber ganha importância especial. Lamentavelmente, a mensagem de Buber de aceitar o ser diferente do outro está sendo negada por ódio atávico ao estrangeiro e arrogância nacional. A recusa do diálogo com o “outro” se baseia no medo de que nós – Deus nos livre! – vamos descobrir o lado humano do nosso adversário, e que o encontro com o outro, com os estranhos, e especialmente com os nossos inimigos, possa despertar sentimentos indesejados (como empatia) em nós, cujo preço moral devemos pagar.

O relacionamento confidencial com o outro inquietante se pode de fato provar, não só uma experiência dolorosa, mas também um como empreendimento perigoso. O “eu” que procura “ti” pode chegar a ser, não só completamente negado, mas possivelmente também abusado. O esforço de entender o nosso inimigo não é somente uma tarefa difícil, mas pode também ser entendido como “responsabilidade para o suicídio”. Todavia, nenhum entender está possível sem se voltar para o inimigo, cujo caminho de vida se cruzar com o nosso. Precisamos partir de que a recusa de falar com o inimigo (no nosso caso os palestinos) e reconhecer as suas reivindicações legítimas não só significam um círculo de diabo da violência, mas pode também levar à destruição de ambos os lados.

Um diálogo genuíno é de fato um palco imprescindível para a solução de conflito. Possibilita sentir os sentimentos e chegar a saber as suas necessidades, sem nos negar a nós mesmos ou precisar renunciar aos nossos interesses essenciais próprios. A negação do outros e demonização dele estão sendo certamente mais fáceis que o seu reconhecimento. Todavia, um conflito não pode ser resolvido sem se voltar para o outro. Um colóquio genuíno é, segundo Buber, um em que cada parceiro percebe, afirma e confirma como este outro existente; só assim o contraste pode, senão tirado do mundo, mas sim resolvido humanamente, chegando a ser aspirada uma superação.

Buber era convencido de que o futuro das pessoas humanas como pessoas humanas dependa dum a retomada do diálogo. Achava que a doença humana mais aguda é o fato de que as pessoas humanas do presente não estariam mais capazes a conduzir um colóquio genuíno. Na sua palestra com o título “O colóquio genuíno e a possibilidade da paz”, que fez em setembro de 1953 na Paulskirche de Francoforte, na ocasião de ser condecorado com a honra de paz do comércio de livros alemão, Buber disse: “As retardações de entrar em colóquio um com o outro estão muito estreitamente ligadas com a perda de confiança das pessoas humanas, pois poderei somente falar com alguém, quando possa partir de que a minha palavra seja aceita como verdadeira.” Acrescentou: “Onde, porém, a língua se deixa ouvir de campo a campo, a guerra já estáposta em dúvida.”

Com a fundação do Estado de Israel, Buber observou: “Para mim não há dúvida de que a questão do Próximo Oriente é se a um entendimento entre Israel e os povos árabes se realizar, enquanto ainda houver possibilidade para isso. Para que uma obra tão grande saia bem, a pressuposição indispensável é que representantes de ambos os povos entrem uns com os outros num colóquio genuíno, no qual sinceridade mútua e reconhecimento mútuo se ligam.”

O pensador da vida dialógica estava bem consciente do fato triste de que paz no Próximo Oriente não pode ser alcançada só por confiança altruísta, mas também por negociações regulares. Buber observa que estadistas sábios, como bons comerciantes, resolvem os seus problemas pelo saber distinguir entre os seus interesses mútuos e comuns e os distinguir claramente. “O que precisamos”, Buber disse, “são negociadores da paz – negociadores de paz judaicos e arábitos.” Assim é que era também um negociador de paz árabe, o então presidente egípcio Anwar Sadat, que provou que paz possa ser alcançada por negociações.

Realmente, tais “negociadores de paz” árabes e judaicos – em parte aderentes de Buber – mudaram completamente a história da história no Próximo Oriente pelo seu encontro em Oslo. O convênio de Oslo, que surpreendeu o mundo todo, entre os dois primitivos inimigos, marca sem dúvida um momento de transição na história de séculos das disputas armadas. Apesar dos impedimentos enormes no caminho da paz, o processo israeli-palestinense de paz, como penso, é irreversível.

Epílogo

O antever de Buber referente à política de poder árabe se provou certo na Guerra dos Seis Dias que irrompeu em junho de 1967. A vitória israelense celebrada se provou, lamentavelmente, como uma vitória de Pirro. A dominação israelense sobre quase dois milhões de pessoas nas áreas ocupadas abalou a base democrática da sociedade israelense. Enquanto um nacionalismo agressivo se apoderara da política israelense, grande parte dos israelis chegou a ser consciente de que não devéssemos reinar eternamente sobre outro povo. Os diversos movimentos de paz em Israel, especialmente “*ShòLÔM AKShóV*” (Paz Agora), fundado na primavera de 1978), aceleraram o processo de paz hodierno. Essas tendências não teriam sido possíveis sem o humanismo hebraico de Buber.

O narrador Amos Os, o fundador do movimento de paz “*ShòLÔM AKShóV*”, constatou que o nosso país seria infelizmente a pátria de dois povos, cujo destino seria viver um com o outro, porque “nem Deus nem os anjos descerão para distinguir ‘legal’ e ‘legal’. A vida de ambos depende do processo duro, complicado e importante de viver um com o outro nessa terra amada.”

Buber hoje

O quê Martin Buber nos diz hoje? A mensagem humanista de Buber poderia ser realmente realizada no nosso mundo pragmático? O Estado de Israel existiria, se tivéssemos aceita a visão de Buber do mundo? Que aspecto o Israel de hoje teria sem Buber? Está claro que as propostas

de confederação de Buber, para a solução do conflito do Próximo Oriente não tinham nenhuma chance (veja Líbano, Chipre, Tchecoslováquia). Também está claro que o mundo árabe não teria reconhecido, caso Israel não tivesse sido capaz de se defender.

Lamentavelmente, as duas figuras de Israel, David Ben-Gurion – o fundador do estado judaico – e Martin Buber – o filósofo judaico mais importante - trocaram os seus papéis. Ben-Gurion se interessava principalmente pela filosofia grega, enquanto Buber se engajava durante toda a sua vida na política. A isso cabe a afirmação de Sócrates de que filósofos seriam os melhores regentes. Apesar de todas as suas prognoses políticas não-realizadas, Buber era o admoestador e, com isso, a consciência incômoda de Israel. Chegou a ser símbolo para o humanismo hebraico e para a ânsia pela paz.

Uma das contribuições políticas de Buber era e é ainda hoje a “linha de demarcação” – o limite moral a nunca ser transgredido. O imperativo categórico de Buber vale também para os colóquios de paz israelenses-árabes, que não terão sucesso senão quando incluirmos a mensagem de Buber de paz. Queria finalizar com uma palavra de Gustav Landauer, amigo mais íntimo de Martin Buber: “Paz é possível, porque é necessário.” Essa palavra está hoje tão atual que nunca. Oro que, no presente e no futuro aprendamos mais de Buber do que no passado.

Texto alemão

Tradução: Pedro von Werden SJ – Rua Padre Remeter, 108 – Bairro Baú – 78.008-150 Cuiabá-MT – BRASIL – [pv-werden\(at\)uol.com.br](mailto:pv-werden(at)uol.com.br)

